

economia

Sinduscon/RS quer ampliar parcerias no Estado

Novo presidente da entidade defende a utilização dos recursos do FGTS exclusivamente para projetos de habitação

/ CONSTRUÇÃO CIVIL

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

A utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para habitação, a ampliação do acesso para a classe média, que ainda enfrenta restrições de financiamento fora dos programas subsidiados, e uma atuação ativa do sindicato em pautas estratégicas como a reforma tributária e a melhoria do ambiente de negócios são temas que fazem parte da gestão do novo presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon/RS), Rafael Goellner Garcia. O empresário que assumiu o sindicato para o biênio 2026/2028 tem como objetivo estimular a integração entre diferentes regiões e elos da cadeia produtiva da construção civil. “Temos o compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável e com cidades mais acessíveis. Pretendemos reforçar parcerias e iniciativas coletivas em favor do crescimento do Rio Grande do Sul”, destaca. Garcia sucedeu Claudio Teitelbaum, que encerrou a gestão após dois mandatos (2022/2026).

Jornal do Comércio - Quais são as propostas que o senhor pretende implementar na sua gestão no Sinduscon/RS no biênio 2026/2028?

Rafael Goellner Garcia - Na gestão 2026/2028, a proposta é fortalecer o sindicato como uma entidade cada vez mais conectada às pessoas e às deman-

das do setor da construção civil. A atuação será baseada em três pilares: conectar, construir e transformar, ampliando o diálogo entre empresas, poder público e sociedade. A gestão pretende dar continuidade ao trabalho já consolidado, evoluindo na entrega de valor aos associados. Entre as prioridades estão o fortalecimento institucional e a atuação ativa em pautas estratégicas como a reforma tributária e o ambiente de negócios. Também buscamos ampliar a oferta de informação e conhecimento qualificado para o setor. Outro foco será estimular a integração entre diferentes regiões e elos da cadeia produtiva. A entidade seguirá atuando de forma colaborativa, valorizando a participação das comissões e da diretoria. Há ainda o compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável e com cidades mais acessíveis. Pretendemos reforçar parcerias e iniciativas coletivas em prol do crescimento do Rio Grande do Sul. Tudo isso com base na união, no diá-



Entre as prioridades estão o fortalecimento institucional e a atuação ativa em pautas estratégicas como a reforma tributária

logo e na construção conjunta de soluções.

JC - O setor da construção civil criticou a medida do governo federal do uso dos recursos do FGTS para abater dívidas. Como avalia a medida adotada pelo governo federal?

Garcia - O setor tem se posicionado de forma crítica à proposta do governo federal de permitir o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abatimento de dívidas. Entendemos que a medida desvirtua a finalidade original do fundo, que é financiar políticas estruturantes, especialmente a habitação por meio de programas de habitação de interesse social. O redirecionamento dos recursos pode comprometer a sustentabilidade do funding imobiliário, reduzindo a capacidade de financiamento de novas moradias. O uso do FGTS para consumo imediato não resolve o problema do endividamento estrutural. Os recursos do FGTS devem ser priorizados como instrumento de desenvolvimento. Isto é essencial para garantir a previsibilidade e a segurança ao mercado. A medida traz mais riscos do que benefícios no médio e longo prazo.

JC - Como avalia o programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal. O governo sinaliza com o aumento de faixa do programa.

Garcia - O programa Minha Casa, Minha Vida segue como um dos principais motores da construção civil no Brasil, com impacto direto na geração de empregos, redução do déficit habitacional e dinamiza-



Rafael Goellner Garcia assumiu o sindicato para o biênio 2026/2028

ção da economia. No Rio Grande do Sul, mais de 140 mil unidades foram contratadas, financiadas ou autorizadas desde 2024, no processo de reconstrução, incluindo imóveis usados da compra assistida - linha Minha Casa, Minha Vida. O programa ajuda a sustentar a atividade das construtoras mesmo em um cenário de juros elevados. Também aumenta a previsibilidade para o setor, permitindo melhor planejamento de lançamentos e manutenção de empregos. Com a atualização dos tetos de renda e valores dos imóveis, houve melhor ajuste entre preços e capacidade de compra das famílias. Isso contribuiu para ampliar o acesso.

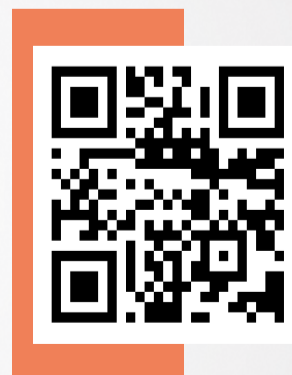
JC - Que ajustes são necessários no programa?

Garcia - Apesar dos avanços, ainda há necessidade de ajustes contínuos para acompanhar o aumento dos custos de

construção e evitar novas distorções. Outro desafio é ampliar o acesso para a classe média, que ainda enfrenta restrições de financiamento fora dos programas subsidiados. O setor também aponta a importância de reduzir a burocracia e agilizar a liberação de recursos, especialmente via Caixa Econômica Federal. Iniciativas como o programa Porta de Entrada buscam contribuir para melhorar processos e ampliar a integração com o financiamento habitacional, através do diálogo com as empresas atuantes. E o Sinduscon/RS está participando deste processo. O setor da construção civil destaca que um avanço estrutural mais consistente depende da redução das taxas de juros no País. O ambiente macroeconômico segue sendo determinante para a expansão do mercado imobiliário, sobretudo nas faixas intermediárias de renda.



Informação de qualidade, agora mais rápida e intuitiva no app JC.



Escaneie e baixe agora



Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS